

## UMA ANÁLISE DA CERTIFICAÇÃO FSC E SEUS DESAFIOS

JACOB, Daniele de Campos

Discente do Curso de Administração da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva

CUNHA, Francisco Estevan Guerra da

Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva

### RESUMO

O presente trabalho tem como tema discutido a certificação FSC, um sistema de verificação independente que traz confiabilidade ao processos de manejo florestal através de seus princípios e critérios rígidos. Através desse estudo foi demonstrado a importância de ter um selo verde e o que ele acarreta a empresa, sendo que a certificação FSC em questão pode trazer vantagens para a empresa, nos setores ambiental, social e econômico gerando diversas mudanças não somente para as empresas certificadas. Foi feito uma abordagem qualitativa tendo como natureza uma pesquisa básica do tipo bibliográfica onde foi levantado referenciais teóricos já analisados e aceitos sobre o tema em questão, pesquisa bibliográfica essa que foi desenvolvida tendo como objetivo ponderar os impactos gerados pela certificação FSC nas empresas certificadas

**Palavras-chaves:** certificação, dificuldades, FSC, impactos, sustentabilidade

**Tema Central:** Administração.

### ABSTRACT

This paper discusses FSC certification, an independent verification system that brings reliability to the forest management processes through its principles and strict criteria. This study has demonstrated the importance of having a green seal and what it entails the company, and the FSC certification in question can bring advantages to the company in the environmental, social and economic sectors generating several changes not only for certified companies . A qualitative approach was taken as a basic research of the bibliographical type where theoretical references were analyzed and accepted on the subject in question, a bibliographic research that was developed with the purpose of considering the impacts generated by FSC certification in certified companies

**Keywords:** certification, difficulties, FSC, impacts, sustainability

**Central Theme:** Administration.

## 1. INTRODUÇÃO

Diminuir a degradação que as empresas causam ao meio ambiente com suas atividades, tem sido um assunto constantemente discutido na atual sociedade, fazendo com que as organizações deem uma atenção maior a essas questões ambientais e consequentemente sociais, pois segundo Tachizawa e Andrade (2008) a sustentabilidade deixou de ser considerada apenas uma proteção, começando a ser vista também como uma função de administração, pelo fato de ter um papel de grande importância no planejamento estratégico e desenvolvimento das atividades, visto que gera políticas, metas e planos de ações.

Para que a sustentabilidade de fato se torne essa função administrativa, Tachizawa e Andrade (2008) relatam que as organizações devem ter o entendimento que o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental devem andar juntos e não estar em conflito, seja no momento presente como para as gerações futuras, em concordância Zanetti (2007) afirma que é preciso que o ambiente e o ser humano sejam um conjunto, onde nenhum venha a ser prejudicado.

Ser uma empresa ecologicamente correta hoje, deixou de ser apenas um aparato virando uma necessidade, pois para Tachizawa e Andrade (2008) a gestão ambiental gera uma mudança de valores nas empresas, onde passam a dar valor para a ética ecológica, se preocupando com as gerações futuras.

Para auxiliar as empresas nessa busca por uma gestão ambiental eficiente, surgiram as certificações de manejo sustentável de florestas e da origem do produto (SPATHELF, MATTOS e BOTOSSO 2004), sendo uma dessas certificações o Forest Stewardship Council – FSC -, “que certifica florestas e produtos de madeira, assegurando ao consumidor que os locais de onde provem esses produtos são bem administrados” (TACHIZAWA e ANDRADE, 2008, p. 17) sendo hoje umas das certificações mais reconhecidas no cenário mundial.

A certificação FSC proporciona diversas vantagens as empresas certificada, sendo que Viana et al. (2002) exalta que essas vantagens não são fechadas a um único setor, elas são distribuídas nos setores econômico, social e ambiental, a partir

de tal relato surgiu o tema em questão do presente estudo: a Certificação FSC vem trazendo diversos benefícios para as empresas certificadas e para comunidades, mas sua evolução ainda encontra obstáculos, quais são essas dificuldades? Nesse contexto o presente artigo busca analisar os impactos gerado pela certificação FSC na empresa certificada.

Após mais de uma década da certificação FSC, o Imaflora (2005) questiona que é necessário um avanço quanto aos pensamentos reflexões sobre este selo verde, pois segundo o WWF (2015) a certificação FSC tem um importante papel na orientação para as empresas sobre a utilização de formas de manejo florestal correto, por esse motivo esse trabalho é de grande importância, é necessário buscar uma análise desses impactos gerados, visto que de acordo com Lima (2009) existem lacunas metodológicas referentes aos impactos e resultados da certificação.

Sendo primordial que se construa uma imagem mais científica e plausível do impacto gerado pela certificação em diversos espaços sociais, este trabalho também é de grande ajuda para proporcionar um melhor entendimento sobre os desafios que a certificação ainda enfrenta, já que hoje existem poucos estudos científicos reconhecidos que os avaliem.

Esta pesquisa se baseou em uma abordagem qualitativa tendo como natureza uma pesquisa básica do tipo bibliográfica onde foi levantado referenciais teóricos já analisados e aceitos sobre o tema em questão.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Com o surgimento de questões ambientais em torno da sociedade Nahuz (1995) relata que diversas empresas se viram com a necessidade de apresentar produtos que não provocassem impactos negativos ao meio ambiente, por isso surgiu em 1978 os rótulos ecológicos também conhecidos como selos verdes, para que as organizações pudessem passar esta imagem ao cliente de empresa correta.

Esses rótulos ecológicos podem ser conceituados como “rotulagem ou etiquetagem baseada em considerações ambientais, destinada ao público, certificando que o produto originado de determinado processo apresenta menor impacto no ambiente” (NAHUZ, 1995 p. 57), ou pode ser considerado também “uma forma de aprimoramento das práticas produtivas, garantindo a valorização e a vivência de atributos de qualidade social e ambiental em cada etapa do processo da matéria prima ao consumo final”(ZERBINI, 2014 p. 9).

Tal discussão envolvendo rótulos ecológicos, gestão ambiental e sustentabilidade, já advém de algum tempo, principalmente no quesito das florestas, mas foi na década de 80 que o retrato dessa situação começou a ser alterado, nessa época o desmatamento das florestas tropicais pelo mundo inteiro estava muito forte e evidente, sendo assim alguns consumidores principalmente norte americanos e europeus, começaram a ligar o seu consumo de madeira a tal acontecimento, então baniram o consumo de madeira tropical de seus países (IMAFLOA, 2005).

De acordo com o Imaflora (2005) tal boicote teve resultados positivos, pois essa ação acabou por gerar a necessidade de matéria prima madeireira que tivesse origem comprovada, gerando uma procura por projetos florestais no mundo, que pudessem garantir que a extração da madeira que estava sendo comprada não agredia o meio ambiente, desta forma de acordo com Viana et al. (2002) as empresas passaram a emitir selos próprios ou selos garantidos por entidades de controle próprio, mas a veracidade desses selos quando analisadas, deixaram a

desejar, fazendo com que grande parte dessas certificações fossem consideradas falsas.

Assim sendo segundo o Imaflora (2005) houve a necessidade da criação de um sistema de verificação independente que pudesse trazer confiabilidade, dava-se então o início do Forest Stewardship Council (FSC), com seus padrões e critérios que tiveram um período de desenvolvimento de 3 anos (1991 – 1993), segundo Imaflora (2005), Zerbini (2014), e WWF (2015) desde 1990 tais ideias eram estudadas, mas somente em 1993 em Toronto no Canada se deu a Assembleia de fundação do FSC composta por ONGs, ambientalistas, pessoas da área social, certificadores, consultores, acadêmicos, representantes de governos, empresários do setor florestal, movimentos e organizações sociais ligadas às questões indígenas e camponesas.

De acordo com Viana et al. (2002) a FSC pode ser descrita como uma organização não governamental que não possui fins lucrativos, tendo sua sede em Oaxaca – México – sendo composta e dirigida por ambientalistas, representantes do setor madeireiro e florestal e também das organizações sociais, responsáveis por povos indígenas e certificadoras, todas esses representantes juntamente a organização tem a missão de fazer com que ocorra um bom manejo florestal em nível mundial.

O FSC é dividido em 3 setores segundo Filho e Voivodic (2011) que são:

Econômico: composto por aqueles que têm algum interesses econômicos no setor florestal, como empresas compradoras ou empresas produtoras.

Ambiental: composto por organizações não-governamentais ambientalistas, instituições técnicas e grupos de pesquisa, universidades e centros acadêmicos.

Social: composto por organizações não-governamentais preocupadas com a proteção dos direitos de populações indígenas, comunidades e trabalhadores florestais, movimentos sociais, sindicatos e confederações de trabalhadores, pesquisadores e grupos de pesquisa voltados para questões sociais relacionadas ao manejo florestal.

Todos esses setores tem o mesmo objetivo em comum, fazer com que ocorra um bom manejo florestal, para Viana et al. (2002) esse bom manejo florestal é devido a criação de padrões tanto nacionais como regionais exigentes impostos pelos princípios e critérios da FSC, além disso a FSC é responsável pelo

credenciamento e monitoramento de certificadoras, considerando que Zerbini (2014) explica que essas certificadoras são credenciadas pelo FSC, sendo elas responsáveis pelo processo de certificação.

O FSC é considerado hoje para Zerbini (2014) e o Imaflora (2005) a maior organização se tratando da promoção do manejo florestal de uma forma que ele seja socialmente benéfico e justo, economicamente viável e ambientalmente correto, a WWF (2015) complementa que é um programa de certificação que estabeleceu um padrão para a conservação florestal baseando se no mercado, com a intenção de promover o manejo responsável da florestas e da comercialização de madeira, sendo seu principal objetivo melhorar o manejo florestal em nível mundial, contando com três modalidades de certificação que são: Manejo Florestal, Cadeia de Custódia e Madeira Controlada.

Manejo Florestal: para o Imaflora (2005) tem por objetivo atestar que a floresta está sendo tratada de forma correta, comprovando que o manejo da floresta é feito de forma responsável, de acordo com os princípios e critérios da FSC.

Cadeia de Custódia: é a modalidade da certificação FSC que segundo Zerbini (2014) garante a rastreabilidade do produto desde a matéria prima até sua chegada ao consumidor final.

Madeira controlada: averigua que nenhuma madeira considerada inaceitável seja usada na fabricação de produtos com selo FSC misto, ou seja qualquer madeira de origem ilegal ou duvidosa não pode ser inserida no sistema de produção (ZERBINI, 2014).

A certificação FSC é baseada em princípios que fazem com que ela tenha um padrão, e esse padrão é baseado sempre levando em conta a realidade de cada local certificado sendo que Imaflora (2005) relata que através dos princípios da FSC é possível mudanças concretas na produção florestal, além de diversas transfigurações no setor econômico, social e ecológico, conseguindo que haja uma compatibilidade entre trabalhadores, lucro, sustentabilidade, produção florestal e comunidades de modo que ninguém saia perdendo.

São 10 princípios que são divididos entre os setores econômico, social e econômico, sendo eles segundo Zanetti (2017):

**Princípio nº 1: Regularidade com as leis e princípios do FSC:** O manejo florestal deve respeitar todas as leis aplicáveis no país em que se realiza e os



tratados e acordos internacionais de que o país é signatário, e corroborar com todos princípios e critérios do FSC.

**Princípio nº 2 - Direitos e responsabilidades de propriedade e uso:** Direitos de uso ou concessão de longo termo à terra e a recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.

**Princípio nº 3 - Direitos das nações indígenas:** Os direitos legais e consuetudinários das comunidades indígenas de propriedade, uso e manejo de suas terras, territórios e recursos devem estar reconhecidos e respeitados.

**Princípio nº 4 - Relações com as comunidades e direitos dos trabalhadores:** As operações de manejo florestal devem manter ou melhorar, no longo termo, o bem-estar econômico e social dos trabalhadores florestais e das comunidades locais.

**Princípio nº 5 - Benefícios das florestas:** As atividades de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente e otimizado dos múltiplos produtos e serviços da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma grande quantidade de benefícios ambientais e sociais.

**Princípio nº 6 - Impacto ambiental:** O manejo florestal deve conservar a diversidade biológica e seus valores associados, recursos hídricos, solos, e ecossistemas frágeis e únicos e o cenário rural, e, fazendo isso manter as funções ecológicas e a Integridade das florestas.

**Princípio nº 7 - Plano de manejo:** Um plano de manejo – apropriado para a escala e intensidade das operações – deve ser escrito, implementado e mantido atualizado. Os objetivos de longo termo do manejo, e os meios para atingi-los, devem estar claramente declarados

**Princípio nº 8 – Acesso e monitoramento:** O monitoramento deve ser conduzido – apropriadamente para o nível e intensidade do manejo florestal – para levantar as condições da floresta, produtividade dos produtos florestais, cadeia de custódia, atividades do manejo e seus impactos sociais e ambientais.

**Princípio nº 9 - Manutenção das florestas naturais:** As atividades do manejo em áreas de alto valor para conservação (AAVC) florestal deve manter ou melhorar os atributos que definem tais florestas. As decisões recaindo sobre as AAVC devem sempre ser consideradas no contexto da abordagem de precaução

**Princípio nº 10 – Plantações florestais:** As plantações florestais devem ser planejadas de acordo com os princípios de 1 a 9.

Esses princípios auxiliam para que a certificação FSC traga vantagens a empresa certificada, sendo que Viana et al. (2002) exalta que essas vantagens não são fechadas a um único setor, elas são distribuídas nos setores econômico, social e ambiental, pois

A certificação, de uma forma geral, traz vantagens tanto como resultado quanto como processo, uma vez que para além de agregar valor social e ambiental no produto final, também auxilia na organização da produção e nas relações de governança e diálogo entre empresas, trabalhadores, comunidades, fornecedores e consumidores (ZERBINI, 2014 p. 15)

Em contrapartida o Imaflora (2005) traz uma divergência relatando que os resultados existem realmente, mas os custos e esforços necessário para adquirir a certificação ainda são muito altos, com isso, tem se a visão que a certificação FSC traz diversos benefícios, mas também existe o outro lado que são as dificuldades para a obtenção do certificado.

Zerbini (2014) relata que o mercado ainda é estável, existindo uma falta de comprometimento em relação ao consumo de madeira certificada no país, tais consumidores ainda não adquiriram o pensamento de que a partir da sua escolha por um produto certificado, ele está fazendo seu papel social, impedindo que a extração ilegal se alastre.

De acordo com Zerbini (2014), a oferta de produtos certificados ainda é restrita, sendo necessário estratégias para que ocorra uma ampliação na oferta e demanda de madeira certificada, fazendo com que o Brasil se torne referência nas práticas de manejo florestal, ressaltando segundo o Imaflora (2005) que a empresa só sente a necessidade certificar seus produtos a partir do momento que a demanda por produtos certificados exista, deve surgir primeiramente uma cobrança pela exigência da certificação por parte do consumidor, coisa que não vem acontecendo.

### 3. CONCLUSÕES



Os selos verdes são rótulos que garantem que os produtos foram fabricados respeitando o meio ambiente, eles vem contribuindo para que as empresas consigam passar a seus consumidores, uma imagem correta, gerando uma relação de confiança para com eles.

A certificação FSC é um dos selos que tem maior reconhecimento e credibilidade no mercado, devido a seu processo exigente e princípios rigorosos em todos os setores, pois a FSC é uma certificação que se preocupa com a empresa como um todo, seja no campo ambiental, social ou econômico, por esse motivo os benefícios gerados a empresa certificada não estão ligados a um único setor.

Com esses princípios e critérios rígidos do FSC, todos saem beneficiados, não somente a empresa, mas também as comunidades e trabalhadores, pois a FSC prevê que para que a cultura da empresa realmente se altere, é necessário que essa mudança se estenda por todos envolvidos no processo de produção, somente desta forma a empresa atingira a meta proposta pela FSC de se tornar socialmente benéfica e justa, economicamente viável e ambientalmente correta.

Ao mesmo tempo que a certificação é tão benéfica, ela, traz juntamente seu outro lado que são suas dificuldades de implantação devido a seu sistema rígido, e a dificuldade de mudança de cultura não somente na empresa, mas com todos envolvidos no processo.

#### 4. REFERÊNCIAS

IMAFLOA. **Brasil Certificado: a história da certificação florestal no Brasil.** Piracicaba. São Paulo, 2005. 144 p.

NAHUZ, Marcio Augusto Rabelo. **O sistema ISO 14000 e a certificação ambiental.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35; n. 6, p. 55-66. Nov/DEZ 1995. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n6/a07v35n6.pdf>>. Acesso em 01 de julho de 2017.

SPATHELF, P.; P.; MATTOS, P. P. de; C. **Certificação Florestal no Brasil – Uma Ferramenta Eficaz para a conservação das florestas Naturais?** Embrapa Florestas. 2004, Disponível em <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/311541/certificacao-florestal-no-brasil-uma-ferramenta-eficaz-para-a-conservacao-das-florestas-naturais>>. Acesso em 07 de setembro de 2017.

TAKESHY, Tazhizawa; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

VIANA, Virgilio M. et al. **Certificação Florestal**. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. São Paulo, 2002

VOIVODIC, Mauricio de Almeida; FILHO, Luiz Carlos Beduschi. Os desafios de legitimidade em sistemas multissetoriais de governança: uma análise do forest stewardship council. USP. Curitiba, v. XIV; n. 1, p. 115-132. jan/jun 2011. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v14n1/a07v14n1.pdf>>. Acesso em 21 de setembro de 2017.

ZANETTI, Eder. **Certificação e manejo de florestas nativas brasileiras**. Curitiba: Juruá, 2007.

ZERBINI, Fabiola. **Cenário da madeira no Brasil 2012 – 2013**. FSC Brasil. 2014. Disponível em <https://br.fsc.org/preview.livro-cenario-da-madeira-fsc-no-brasil-2012-2013.a-596.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2017

WWF - Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza. **O impacto da Certificação FSC no mundo**. FSC- Forest Stewardship Council. 2015. Disponível em <https://br.fsc.org/preview.wwf-analise-impactodacertificacaofsc-previa01.a-902.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2017.